



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ – 01.612.603/0001-07

RUA LOIS GOMES VILANOVA, 55 – CENTRO – CEP: 64.438-000



LEI Nº 150/2.018

SANTO ANTONIO DOS MILAGRES, 09 DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2.019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Milagres - Estado do Piauí
Faça saber que a Câmara Municipal de Santo Antônio dos Milagres (PI) aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do município de Santo Antônio dos Milagres - PI, para o exercício financeiro de 2.019, nos termos do art. 165, § 2º da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município, da Lei nº 4.320/64, e nos termos da lei complementar federal nº 101/2000, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da administração pública municipal;
- II. As diretrizes gerais e específicas para elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
- III. A organização e estrutura dos orçamentos;
- IV. Disposições relativas à dívida municipal e à captação de recursos;
- V. Disposições sobre o orçamento fiscal e de seguridade social;
- VI. As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII. As disposições sobre alterações tributárias do município e medidas para o incremento da receita, para o exercício correspondente;
- VIII. No orçamento o valor do receita será igual ao valor da despesa, e integrará o esse lei o anexo I de metas fiscais e o anexo II de riscos fiscais, na forma do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Parágrafo Único – As diretrizes aqui estabelecidas ajudarão na elaboração da Lei Orçamentária Anual do município, relativa ao referido exercício financeiro.

CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As prioridades e metas da administração municipal para o exercício de 2.019 serão fixadas em consonância com o art. 4º da Lei Complementar 101/00, bem como em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, em que são especificados no anexo I, que integra esta Lei, e serem detalhadas na programação orçamentária para o Exercício Financeiro de 2.019:

- I. Austeridade na utilização dos recursos públicos;
- II. A prestação de serviços educacionais de qualidade;
- III. A garantia de serviços de atenção e prevenção de saúde e saneamento básico;
- IV. A promoção da cultura, esporte, lazer e turismo;
- V. A assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao deficiente;
- VI. A geração de emprego e renda através de cursos que qualifiquem o mão de obra local e da garantia de crédito;
- VII. A habitação e o urbanismo – habitação popular e infraestrutura urbana e rural;
- VIII. A promoção da agricultura e do abastecimento;
- IX. Recuperação e preservação do meio ambiente;
- X. O planejamento das ações municipais com vistas à racionalização, eficiência, efetividade e eficácia.

Parágrafo Único – na elaboração do projeto de lei de PP (plano pluri-anual) e do projeto orçamentária para 2.019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, significando dizer que as metas estabelecidas não constituem limite à programação de despesa.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO SEÇÃO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual obedecerá à elaboração do orçamento do município de Santo Antônio dos Milagres relativo ao exercício financeiro de 2.019, e as diretrizes gerais e específicas de que trata este capítulo, consubstanciadas no texto desta lei.

Art. 4º. Os valores do receita e da despesa serão orçados com base nos seguintes fatores:

- I. Execução orçamentária dos últimos três exercícios (Demonstrativo III - metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores);
- II. Arrecadação efetiva dos últimos três exercícios, bem como o comportamento da arrecadação no primeiro quadrimestre de 2.018, considerando-se, ainda, a tendência para os quadrimestres seguintes;
- III. Alterações na legislação tributária (Demonstrativo VII - estimativa e compensação da renúncia da receita);
- IV. Expostos ou economia nos serviços públicos realizados pela municipalidade;
- V. Indicadores inflacionários e econômicos correntes e os previstos com base na análise da conjuntura econômica do país e da política fiscal do governo federal;
- VI. Metas de melhoria de gestão e diminuição de perdas da arrecadação a serem desenvolvidas;
- VII. Índice de participação do município na distribuição do ICMS, fixado para 2.018 e, se estiver apurado, a provisão para 2.019;
- VIII. Projeção da taxa de crescimento econômico para o ano de 2.019;
- IX. Outros fatores que possam influir significativamente no comportamento da arrecadação no ano de 2.019, desde que devidamente embasados.

Art. 5º. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2.019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2018/2.021, que tenha sido objeto de projetos de leis específicas.

Art. 7º. A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2.019 abrangerá os poderes legislativo e executivo do município, seus fundos, autarquias e entidades da administração direta e indireta, assim como a execução obedecerá às diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 8º. As receitas serão estimadas e as despesas fixadas, tendo como base à execução orçamentária observada no período de janeiro a junho de 2.018, observando-se:

- I. Os valores orçamentários na forma do disposto neste artigo poderão, ainda, ser corrigidos durante a execução orçamentária por critérios que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
- II. Os programas e projetos em fase de execução, desde que reavaliados à luz das prioridades estabelecidas nesta lei, terão preferência sobre novos projetos.
- III. A Lei Orçamentária Anual observará, na estimativa de receita e na fixação de despesa, os efeitos econômicos decorrentes da ação governamental.
- IV. A manutenção de atividades existentes terá prioridade sobre as ações de expansão.
- V. Os recursos ordinários do tesouro municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, o serviço da dívida e outras despesas com o custeio administrativo e operacional.
- VI. O município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos decorrentes na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, ficando asseguradas dotações orçamentárias próprias para o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais de educação, na forma do art. 6º do ADCT e da lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, esta última regulamentada pelos Decretos Federais nº 6.253 de 13/11/2007, 6.278 de 29/11/2007 e 6.571 de 17/09/2008.
- VII. A aplicação de no mínimo 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde da receita proveniente de impostos e das transferências de recursos, cumprirá ao disposto na lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.
- VIII. Constará da proposta orçamentária o produto das operações de crédito autorizado pelo legislativo, com destinação e vinculação ao projeto específico.
- IX. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos e observadas as metas programáticas setoriais constantes na presente lei.
- X. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal constarão da Lei Orçamentária, compreendendo juros, amortizações e outros encargos.
- XI. Será estabelecido a reserva de contingência, em até 2%, cuja forma de utilização e montante, estará definido com base no receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único: na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, o saldo poderá ser utilizado para amparar a abertura de créditos adicionais por meio do decreto do Poder Executivo, nos termos do art. 40 e 41 da lei federal nº 4.320/64, sem onerar a margem de suplementação orçamentária por decreto e ser autorizada na Lei Orçamentária Anual, relativa ao exercício de 2.019.

Art. 9º. As despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, somente serão permitidas para projetos ou atividades novas decorrente de calamidade pública declarada pelo município, na forma do art. 167, § 2º, da Constituição Federal.

Art. 10º. Em cumprimento ao disposto na alínea "f" do inciso I de art. 4º da lei complementar federal – LRF nº 101, de 04 de maio de 2000:

Fica o Poder Executivo autorizado a:

§ 1º - Elevar despesas de custeio de competência de outros entes de federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneros.

§ 2º - Nas realizações das ações de sua competência, o município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante convênio, ajustes ou congêneros, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas.

Parágrafo Único. As contrapartidas financeiras de convênios, acordos e/ou empréstimo, em qualquer caso serão estabelecidas de modo compatível com a capacidade do município.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS

Art. 11. O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por lei, compreendendo seus órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo município.

§ 1º. O orçamento fiscal e de seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminada:

- 1 - Pessoal e encargos sociais;
- 2 - Juros e encargos da dívida interna;
- 3 - Outras despesas correntes;
- 4 - Investimentos;
- 5 - Inversões financeiras, nelas incluídas quaisquer despesas com constituição ou aumento de capital de empresas;
- 6 - Amortização de dívida.

§ 2º. A categoria de programação de que trata este artigo será identificada por projetos e atividades, tituladas individualmente e com indicação sucinta de metas que caracterizam o produto esperado da ação pública.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
 CNPJ - 01.612.603/0001-07
 RUA LOIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



§ 3º. No projeto de Lei Orçamentária Anual será atribuído a cada projeto e atividade, sem prejuízo das codificações funcionais programáticas adotadas em código numérico sequencial.

§ 4º. A modalidade de aplicação dos recursos será expressa através de códigos indicadores com a seguinte tipologia, podendo ser alterada para atender a conveniência da execução orçamentária:

- I. Transferências intragovernamentais e entidades não integrantes dos orçamentos fiscais e de seguridade social (15);
- II. Transferências à União (20);
- III. Transferências a estados e ao distrito Federal (30);
- IV. Transferências a municípios (40);
- V. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos (50);
- VI. Transferências a instituições privadas com fins lucrativos (60);
- VII. Aplicações diretas - administração municipal (90).

§ 5º. Os empenhos orçamentários do Poder Executivo, autarquias e autarquias seguirão uma ordem numérica sequencial anual. Vejamos o exemplo do empenho nº "105002".

- I - significa que o empenho é do mês de janeiro;
- 05 - significa que a data do empenho é dia 05
- 002 - significa o segundo empenho do dia.

Art. 12 - As operações de crédito por antecipação de receita, contratadas pelo município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício em que foram contratadas.

Art. 13 - A proposta orçamentária do poder legislativo será encaminhada ao executivo até 31 de julho de 2018, para serem incluídos na proposta orçamentária do município.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto na Lei Orgânica do Município, ficam estipulados os limites para elaboração do projeto orçamentário do legislativo:

- I. O total das despesas do poder legislativo municipal, incluído os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento) do somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme art. 29-A, inciso I da Constituição Federal (E.C. nº 58/2009).
- II. As despesas com pessoal incluindo gastos com subsídios dos vereadores deverão observar o disposto no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal (E.C. nº 25/2000).

**CAPÍTULO IV
 DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 14 - Acompanharão o projeto de Lei Orçamentária Anual:

- I. Demonstrativo dos receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, apresentada de forma sintética e agregada, evidenciando déficit ou superávit e o total de cada um dos orçamentos;
- II. Demonstrativo dos receitas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, segundo as categorias e subcategorias econômicas;
- III. Quadro-resumo das despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos:
 - a) Por classificação institucional;
 - b) Por função;
 - c) Por subfunção;
 - d) Por programa;
 - e) Por grupo de despesa;
 - f) Por modalidade de aplicação;
 - g) Por elemento de despesa.
- IV. Demonstrativo dos recursos destinados à manutenção do ensino fundamental, do ensino infantil e do desenvolvimento do ensino;
- V. Demonstrativo dos investimentos consolidados nos 63 (três) orçamentos do município;
- VI. Demonstrativo da despesa por grupo de despesa e fonte de recursos identificando os valores em cada um dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em termo global e por órgãos;
- VII. As tabelas explicativas de que trata o art. 72, inciso III, letras a, b e c, sobre a evolução da receita, letras d, e e f sobre a evolução da despesa, conforme a Lei nº 4.320/64.

**CAPÍTULO V
 DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DIVÍDA MUNICIPAL**

Art. 15 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no plano plurianual, a ser incluído na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir programas de operações de crédito.

Art. 16 - O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir na composição total de receita, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no Art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 17 - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da lei complementar nº 101/2000.

Art. 18 - As despesas com o serviço da dívida de município deverão considerar apenas as operações contratadas e as propriedades estabelecidas, bem assim as autorizações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta da Lei Orçamentária Anual.

**CAPÍTULO VI
 DAS DISPOSIÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 19 - O orçamento fiscal obedecerá obrigatoriamente aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

Art. 20 - O orçamento fiscal do município abrangerá todas as receitas e despesas do Poder Executivo, seus fundos, órgãos e entidades e bem assim do poder legislativo.

Parágrafo Único - Serão excluídos do orçamento fiscal os órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento da seguridade social.

Art. 21 - O orçamento da seguridade social abrangerá as ações governamentais dos poderes, órgãos e fundos da administração direta, vinculadas a áreas de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao definido na lei dos fundos de saúde e assistência social e da Lei Orgânica do município.

Art. 22 - O orçamento de investimento previsto na Lei Orgânica do município detalhará individualmente por categoria de programação e natureza de despesa as aplicações destinadas às despesas de capital, constantes da presente lei.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ~~uma~~ aos profissionais do magistério de educação básica em efetivo exercício na rede pública, nos termos dos arts. 21 e 22 da Lei Federal nº 11.494/2007, observando as condições estipuladas no art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição da República.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 24 - As despesas com pessoal da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, sendo 54% para o Poder Executivo e 6% para o poder legislativo, atendendo ao disposto no inciso III, §§ 1º e 2º do art. 19 e inciso III, § 1º do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como ao disposto no art. 182 da Constituição Estadual e na Lei Orgânica do município.

§ 1º. A verificação dos cumprimentos dos limites estabelecidos nos supra mencionados arts. 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 será realizada ao final de cada semestre.

§ 2º. Entendem-se como receita corrente líquida para efeitos de limites do presente artigo, o somatório das receitas correntes da administração direta e indireta, excluídas as receitas relativas à contribuição das servidores para custeio do sistema de previdência e assistência social, conforme inciso IV, letra c do art. 2º da lei complementar nº 101 de 04.05.2000.

§ 3º. O limite estabelecido para despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta, nas seguintes despesas:

- I - Salários (vencimentos e vantagens fixas e variáveis);
- II - Obrigações patronais (encargos sociais);
- III - Proventos de aposentadorias, reformas e pensões;
- IV - Subsídios do prefeito e vice-prefeito;
- V - Subsídios dos vereadores;
- VI - Outras despesas de pessoal.

§ 4º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão, a qualquer título, pelo órgão ou entidades da administração direta, autarquias e fundações, só poderá ser feita se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício e obedecerão ao limite do caput deste artigo.

§ 5º. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

§ 6º. O pagamento de precatório judicial deverá obedecer aos preceitos e regras capituladas na emenda constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009 e na lei municipal correspondente.

Art. 25 - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira a entidades sem fins lucrativos reconhecida de utilidade pública; às pessoas físico-jurídicas, mediante processo interno, nos áreas de educação, saúde e assistência social.

§ 1º. Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicação apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º. Os preços para a prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º. Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo executivo municipal.

SEÇÃO I

DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O REPASSE PARA A CÂMARA

Art. 26 - A liberação de recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas às despesas do poder legislativo municipal ocorrerá conforme o disposto no E.C. nº 58/2009.

Parágrafo Único. O Poder Executivo repassará ao Poder Legislativo, até o dia 20(vinte) de cada mês, 7% (sete por cento) de sua receita, relativa ao somatório de receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, da constituição federal, relativamente realizado no exercício anterior, excluído-se os valores de convênios, alienações de bens, fundo especial e operações de crédito, desde que aprovado por lei específica tornando este poder independente.

Art. 27 - O Poder Executivo fica autorizado a descontar na parcela do repasse mensal do dodécimo ao poder legislativo, os débitos previdenciários diversos, não pagos pelo legislativo até o seu vencimento e debitados em conta do FPM ou demais contas cuja titularidade pertença ao Poder Executivo.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO.

Art. 28 - A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base tributária e consequentemente aumento das receitas próprias.

Art. 29 - O prefeito municipal encaminhará à câmara propostas de alterações na legislação tributária, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, visando a:

- I. Adequação das alíquotas dos tributos municipais;
- II. Priorização dos tributos diretos;
- III. Aplicação da justiça fiscal;

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LOIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



- IV. Atualização das taxas;
V. Reformulação dos procedimentos necessários a cobrança dos tributos municipais.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - O Poder Executivo enviará até o dia 30 (trinta) de setembro de 2018, o projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará até a última sessão legislativa do semestre, devolvendo-o a seguir para sanção.

Parágrafo Único. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado até 15 de dezembro de 2018, fica o poder legislativo municipal autorizado a editar a Lei Orçamentária em vigor como proposta orçamentária, nos termos do parágrafo único do art. 34 da constituição estadual.

Art. 31 - Deverá ser utilizada a classificação orçamentária da despesa pública no forme da portaria STM/SDF nº 05 de 20 de maio de 1999, que compõem todas as alterações que constituam o novo amoldado de classificação das despesas públicas, e a portaria MDG nº 42 de 14/04/99, que atualiza a discriminação por função de governo, que trata o inciso I, do § 1º, do art. 2º e, § 2º, do art. 8º, ambos da Lei 4.370/44, Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/01 e portaria MF nº 184 de 25/08/2008, que visa conduzir a contabilidade do setor público brasileira aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas.

Parágrafo Único - conforme o disposto na portaria SDF/SEPLAN nº 42, de 14 de abril de 1999, os programas serão identificados, mediante a criação de codificação com 04 dígitos de numeração sequencial.

Art. 32 - A Lei Orçamentária será sancionada até 31 de dezembro de 2018, acompanhada do quadro de detalhamento de despesa - QDD, especificando por órgão, os projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos com valores devidamente atualizados.

§ 1º - As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesas, observados os limites fixados na Lei Orçamentária.

I - Os projetos de Lei Orçamentárias Anuais e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificações referidas na Lei Orgânica do Município, serão apresentados com a forma e o detalhamento de despesas estabelecidas nesta lei.

II - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária Anual serão acompanhados, na sua publicação, da especificação das dotações neles contidas e das fontes de recursos que os atenderão.

§ 2º - Fica autorizada a transposição, o ramanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, de uma fonte de aplicação para outra ou de um órgão para outro.

Art. 33 - Efetuar com estrita observância a emissão de relatórios e demonstrativos em cumprimento de prazos, limites de aplicação de recursos de conformidade com as disposições do art. 63 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 34 - Em cumprimento ao disposto na alínea "a" do inciso I do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF nº 101/2000, a alocação dos recursos da Lei Orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas do governo municipal.

Parágrafo Único - a avaliação dos resultados obtidos em cada órgão, dos programas financiados com recursos orçamentários que integram a execução do orçamento, conforme dispõe o art. 4º, I, alínea "a" da LRF, deverá ser procedida pelo Poder Executivo em cada bimestre, ficando a unidade de controle interno responsável pela apreciação dos relatórios, adotando as medidas para o cumprimento das metas bimestrais, que acompanhará a avaliação dos resultados primário e nominal, durante o exercício financeiro de 2019.

Art. 35 - Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo autorizado a realizar concurso público para preenchimento de vagas e cargo no âmbito da administração municipal, desde que não venham a ultrapassar o limite prudencial dos gastos com pessoal, elencados no art. 24 da presente lei.

Art. 36 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras e oficiais de fomento.

Art. 37 - Caso seja necessário à limitação de empenho das dotações orçamentárias e do movimentação financeira, em conformidade com alínea "b" inciso I do artigo 4º da LRF nº 101, de 04/05/2000, para atingir as metas fiscais previstas no anexo de metas fiscais desta Lei Orçamentária, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes inversões financeiras" de cada poder, nos trinta dias subsequentes.

Art. 38 - Caso o projeto de Lei Orçamentária de 2019 não seja aprovado e sancionado até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada até a edição da respectiva lei orçamentária na forma originalmente encaminhada à Câmara Legislativa, extintos os investimentos em novas projetos custeados exclusivamente com recursos ordinários do tesouro municipal.

Art. 39 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio dos Milagres, aos 09(nove) dias de outubro de 2018.

Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I - METAS E PRIORIDADES 2019

A LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000, ESTABELECE, EM SEU ARTIGO 4º, QUE INTEGRARÁ A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS- LDO Nº 150/2018, O ANEXO DE METAS FISCAIS, E EM CUMPRIMENTO A ESSA DETERMINAÇÃO LEGAL, O REFERIDO ANEXO INCLUI OS SEGUINTE DEMONSTRATIVOS:

DESCRIÇÕES DAS AÇÕES E METAS GOVERNAMENTAIS

UNIDADE EXECUTORA: 01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES INERENTES AO PODER LEGISLATIVO
AÇÕES:
↓ AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
↓ CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES
↓ MANUTENÇÃO DA CÂMARA

UNIDADE EXECUTORA: 02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
OBJETIVO: MANTER O GABINETE E AS AÇÕES INERENTES AO PODER EXECUTIVO
AÇÕES:
↓ ENCARGOS COM ASSESSORIA JURÍDICA
↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O GABINETE
↓ MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
↓ CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES
↓ ENCARGOS COM ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

UNIDADE EXECUTORA: 02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
OBJETIVO: GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, MANTER O PATRIMÔNIO PÚBLICO E ATRIBUIÇÕES LEGALMENTE PREVISTAS, E BEM COMO MANter A FINANÇAS CONTROLADAS.
AÇÕES:
↓ IDENTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E SENTENÇAS JUDICIAIS
↓ ENCARGOS COM O PASEP
↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CONTÁBEIS
↓ MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS
↓ ENCARGOS COM OS SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS
↓ ENCARGOS COM A DÍVIDA INTERNA
↓ RESERVA DE CONTINGÊNCIA
↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
↓ IDENTIFICAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
↓ ENCARGOS COM A SEGURANÇA PÚBLICA/DELEGACIA MUNICIPAL
↓ MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
↓ MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

- ↓ TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL
- ↓ ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR
- ↓ ENCARGOS COM A AGESPISA
- ↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
- ↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO
- ↓ MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS
- ↓ ENCARGOS COM A ELETROBRÁS
- ↓ ENCARGOS COM O CONCURSO PÚBLICO
- ↓ ENCARGOS COM AS PREVIDÊNCIAS

UNIDADE EXECUTORA: 02.03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
OBJETIVO: MANter E DESENVOLVER UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E BEM COMO MELHORAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

AÇÕES:
↓ ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES
↓ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADES ESCOLARES
↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO
↓ PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PODE
↓ ENCARGOS COM A QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO
↓ AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - PNAE
↓ ENCARGOS COM O TRANSPORTE ESCOLAR
↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA
↓ ENCARGOS COM BOLSA DE ESTUDOS, MATERIAIS ESCOLARES, RESIDÊNCIA E TRANSPORTE ESCOLAR
↓ ENCARGOS COM O ENSINO MÉDIO
↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CRECHES
↓ MANUTENÇÃO DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR
↓ MANUTENÇÃO DE CRECHE DO MUNICÍPIO
↓ PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO EM CRECHE - PNAEC
↓ CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE PESSOAL
↓ ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL
↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA
↓ AQUISIÇÃO DE ACERVO PARA A BIBLIOTECA PÚBLICA
↓ MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
↓ AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LOIS GOMES VILANOVA, 35 - CENTRO - CEP: 64.438-000



UNIDADE EXECUTORA: 02.03.02 – FUNDEB – FUNDO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
OBJETIVO: MANTER E DESENVOLVER UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E BEM COMO MELHORAR AS ESTRUTURAS FÍSICAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-FUNDEB 60% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS-FUNDEB 40% ↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAR UNIDADES ESCOLARES ↓ INVESTIMENTOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 60% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 40% ↓ TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO ↓ ENCARGOS COM O TRANSPORTE-ESCOLAR - 40% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO MÉDIO - 40% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENSINO MÉDIO - 60% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PRÉ-ESCOLAR - 40% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O PRÉ-ESCOLAR - 60% ↓ MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB 60% ↓ MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB 40% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL - 40% ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL - 60%

UNIDADE EXECUTORA: 02.04.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR AS ATIVIDADES PRODUTIVAS E DE ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA ✓ INCENTIVO A CRIAÇÃO DE CAPRINOS, SUÍNOS E BOVINOS ✓ APOIO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA ✓ PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS ✓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MERCADOS PÚBLICOS ✓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MATADOUROS PÚBLICOS ✓ MANUTENÇÃO DOS MATADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAL ✓ MANUTENÇÃO DE MERCADOS E FEIRAS ✓ APOIO AO PROGRAMA DE APLICULTURA

UNIDADE EXECUTORA: 02.05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
OBJETIVO: MANTER E BEM COMO REALIZAR AS OBRAS QUE SE FAZEM NECESSÁRIO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA

<ul style="list-style-type: none"> ↓ IMPLANTAÇÃO DO PLANO DIRETOR NO MUNICÍPIO ↓ CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO ↓ PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS ↓ ABERTURA DE RUAS E AVENIDAS ↓ CONSTRUÇÃO/RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS MUNICIPAIS ↓ AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ↓ REFORMAR E AMPLIAR SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL ↓ URBANIZAÇÃO DE VIAS E OUTROS LOGRADOUROS PÚBLICOS ↓ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A LIMPEZA PÚBLICA ↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS ↓ MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL E SERVIÇOS FUNERÁRIOS ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS ↓ MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E OUTROS EDIFÍCIOS ↓ CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CASAS POPULARES E MELHORIAS HABITACIONAIS ↓ MANUTENÇÃO DE POÇOS, CHAFARIZES E CAIXAS D'ÁGUA ↓ CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE CHAFARIZES E CAIXAS D'ÁGUA ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA ↓ CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS - W30 ↓ CONSTRUÇÃO/INSTALAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LAVANDERIA COMUNITÁRIA ↓ CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS ↓ CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO ↓ CONSTRUÇÃO DE GALÉRIAS E CANAIS DE DRENAGEM ↓ IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO ↓ IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS ↓ PERFURAÇÃO DE POÇOS CACIMBÕES E TUBULARES ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS ↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA ↓ IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ELETRIFICAÇÃO URBANA E RURAL ↓ CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E RODOVIAS ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PONTES E BUEIROS ↓ CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA ↓ MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES ↓ MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E RODOVIAS
--

UNIDADE EXECUTORA: 02.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR AS ATIVIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO, PROCURANDO DIMINUIR A MORTALIDADE E O AUMENTAR O TEMPO DE VIDA DA POPULAÇÃO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL

UNIDADE EXECUTORA: 02.06.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR AS ATIVIDADES DE SAÚDE NO MUNICÍPIO, PROCURANDO DIMINUIR A MORTALIDADE E O AUMENTAR O TEMPO DE VIDA DA POPULAÇÃO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA DA SAÚDE ↓ MANUTENÇÃO DO SETOR DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE ↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/AMBULÂNCIA OU UNIDADE MÓVEL ↓ AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE POSTOS DE SAÚDE ↓ AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES PARA OS POSTOS DE SAÚDE ↓ MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO FMS ↓ AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MEDICAMENTOS ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB ↓ ENCARGOS COM VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA ↓ PROGRAMA NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - PAB-FIXO ↓ MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OBJETIVO: GARANTIR UMA ASSISTÊNCIA DE MODO A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL GERAL DA POPULAÇÃO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ ENCARGOS COM A ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA ↓ MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO ↓ CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO DO CONSELHO TUTELAR

UNIDADE EXECUTORA: 02.07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS
OBJETIVO: GARANTIR UMA ASSISTÊNCIA DE MODO A CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL GERAL DA POPULAÇÃO.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS ↓ AÇÕES COM O PROJETO CREAMS ↓ ASSISTÊNCIA INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ↓ PROJETOS ESPECIAIS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ↓ AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA O FMAS ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AOS IDOSOS E DEFICIENTES ↓ ADMINISTRAÇÃO DO FMAS

<ul style="list-style-type: none"> ↓ ENCARGOS E TRANSPORTES DE PESSOAS CARENTES ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGDBF ↓ PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA – IGD SUAS ↓ MANUTENÇÃO DO PROGRAMA – SCIV ↓ MANUTENÇÃO DO PISO BÁSICO FIXO – PBF ↓ BPC NA ESCOLA
--

UNIDADE EXECUTORA: 02.08.00 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
OBJETIVO: PRIORIZAR AÇÕES VOLTADAS AO DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL ↓ MANUTENÇÃO E APOIO AO CONSELHO TUTELAR ↓ GARANTIA, DEFESA E PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

UNIDADE EXECUTORA: 02.09.00 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO MUNICÍPIO – SAMPREV
OBJETIVO: GARANTIR APOIO PREVIDENCIÁRIO AOS SERVIDORES DESTA PREFEITURA.
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ↓ GESTÃO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA ↓ RESERVA DE CONTINGÊNCIA

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
OBJETIVO: DOTAR O MUNICÍPIO DE UM PLANEJAMENTO EFICAZ, CAPAZ DE ENFRENTAR AS CRISES COM A DIMINUIÇÃO DAS RECITAS
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
OBJETIVO: DOTAR O MUNICÍPIO APTO AO COMBATE DE CRIMES CONTRA O AMBIENTE
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
OBJETIVO: GARANTIR APOIO AS PRÁTICAS ESPORTIVAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO MUNICÍPIO
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES ↓ CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ↓ APOIO AO DESPORTO AMADOR ↓ CONSTRUÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL E QUADRAS DE ESPORTE ↓ CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA AO AR LIVRE

UNIDADE EXECUTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
OBJETIVO: APOIO AS PRÁTICAS DE CULTURA, ELEVANDO A CULTURA MUNICIPAL
AÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> ↓ MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ↓ APOIO AS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2019

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, ART. 4º, INCISO 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB)x100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (B/PIB)x100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (C/PIB)x100
RECEITA TOTAL	16.125.000,00	14.132.340,05	0,050%	17.334.375,00	15.192.265,96	0,054%	18.634.453,13	16.331.685,47	0,001
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	15.802.500,00	13.849.893,25	0,049%	16.987.687,50	14.888.420,25	0,053%	18.261.764,06	16.005.051,76	0,001
DESPESAS TOTAL	16.125.000,00	14.132.340,05	0,050%	17.334.375,00	15.192.265,96	0,054%	18.634.453,13	16.331.685,47	0,001
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	15.904.625,00	13.939.198,07	0,050%	17.097.471,88	14.984.637,93	0,053%	18.379.782,27	16.108.485,77	0,001
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(102.125,00)	(89.504,82)	0,000%	(109.784,38)	(96.217,68)	0,000%	(118.018,20)	(103.434,01)	(0,000)
RESULTADO NOMINAL	(204.250,00)	(179.009,64)	-0,001%	(219.568,75)	(192.435,36)	-0,001%	(236.036,41)	(206.868,02)	(0,000)
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	215.000,00	188.431,20	0,001%	231.125,00	202.563,54	0,001%	248.459,38	217.755,81	0,000
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.306.213,66	2.021.221,44	0,007%	2.479.179,68	2.172.813,05	0,008%	2.665.118,16	2.335.774,02	0,000

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2019

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	(A)Metas Previstas em 2017	% PIB	(B)Metas Realizadas em 2017	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
RECEITA TOTAL	14.470.312,50	0,045	9.196.627,27	0,029	(5.273.685,23)	-36,445%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	13.728.634,24	0,043	9.051.503,83	0,028	(4.677.130,41)	-34,068%
DESPESAS TOTAL	14.470.312,50	0,045	8.921.779,99	0,028	(5.548.532,51)	-38,344%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	14.112.000,00	0,044	8.765.893,83	0,027	(5.346.306,17)	-37,885%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(383.365,76)	(0,001)	285.810,00	0,001	669.175,76	-174,553%
RESULTADO NOMINAL	(491.106,52)	(0,002)	140.686,56	0,000	631.793,08	-128,647%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	303.187,50	0,001	156.086,16	0,000	(147.101,34)	-48,518%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.306.213,66	0,007	2.306.213,66	0,007	-	0,000%

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2019

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RECEITA TOTAL	13.781.250,00	14.470.312,50	5,0000%	15.000.000,00	3,961%	16.125.000,00	7,500%	17.334.375,00	7,500%	18.634.453,13	7,500%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	13.074.699,75	13.726.634,24	5,0000%	14.700.000,00	7,075%	15.802.500,00	7,500%	16.987.687,50	7,500%	18.261.764,06	7,500%
DESPESAS TOTAL	13.781.250,00	14.470.312,50	5,0000%	15.000.000,00	3,961%	16.125.000,00	7,500%	17.334.375,00	7,500%	18.634.453,13	7,500%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	13.440.000,00	14.112.000,00	5,0000%	14.785.000,00	4,840%	15.904.625,00	7,500%	17.097.471,88	7,500%	18.379.782,27	7,500%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(365.110,25)	(383.365,76)	5,0000%	(95.000,00)	-79,219%	(102.125,00)	7,500%	(109.784,38)	7,500%	(118.018,20)	7,500%
RESULTADO NOMINAL	(497.729,50)	(491.106,52)	5,0000%	(190.000,00)	-61,312%	(204.250,00)	7,500%	(219.588,75)	7,500%	(236.036,41)	7,500%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	298.750,00	303.187,50	5,0000%	200.000,00	-34,034%	215.000,00	7,500%	231.125,00	7,500%	248.459,38	7,500%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.306.213,66	2.306.213,66	0,0000%	2.306.213,66	0,000%	2.306.213,66	0,000%	2.479.179,68	7,500%	2.665.118,16	7,500%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RECEITA TOTAL	15.411.571,88	15.266.179,69	-0,943%	15.000.000,00	-1,744%	15.212.294,15	1,415%	15.355.102,31	0,939%	15.499.004,51	0,937%
RECEITAS PRIMÁRIAS (I)	14.621.649,21	14.483.709,12	-0,943%	14.700.000,00	-1,483%	14.908.018,87	1,415%	15.046.000,27	0,939%	15.189.024,42	0,937%
DESPESAS TOTAL	15.411.571,88	15.266.179,69	-0,943%	15.000.000,00	-1,744%	15.212.294,15	1,415%	15.355.102,31	0,939%	15.499.004,51	0,937%
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	15.029.952,00	14.868.180,00	-0,943%	14.785.000,00	-0,626%	15.004.363,21	1,415%	15.145.249,25	0,939%	15.287.184,78	0,937%
RESULTADO PRIMÁRIO (III)=(I-II)	(408.302,79)	(404.450,88)	-0,943%	(95.000,00)	-76,511%	(96.344,34)	1,415%	(97.246,68)	0,939%	(98.190,36)	0,937%
RESULTADO NOMINAL	(523.051,84)	(518.117,39)	-0,943%	(190.000,00)	-63,329%	(192.688,68)	1,415%	(194.497,96)	0,939%	(196.320,72)	0,937%
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA	322.906,13	319.862,61	-0,943%	200.000,00	-37,473%	202.830,19	1,415%	204.734,70	0,939%	206.653,39	0,937%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	2.579.036,74	2.433.056,41	-5,680%	2.306.213,66	-5,213%	2.175.673,28	-5,660%	2.196.102,12	0,936%	2.216.683,16	0,937%

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2019

AMF - Demonstrativo IV (LRF, Art 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2018	%	2019	%
PATRIMÔNIO/CAPITAL	5.462.839,03	100,000%	4.395.383,75	100,000%	2.759.387,82	100,000%
RESERVAS	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
RESULTADO ACUMULADO	-	0,000%	-	0,000%	-	0,000%
TOTAL	5.462.839,03	100,000%	4.395.383,75	100,000%	2.759.387,82	100,000%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2018	%	2019	%
PATRIMÔNIO	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
RESERVAS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
TOTAL	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2019

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 (A)	2016 (B)	2015 (C)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Móveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens Imóveis	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS EXECUTADAS	2017 (D)	2016 (E)	2015 (F)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Investimentos	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inversões Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Geral de Previdência Social	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SALDO FINANCEIRO	2017 (g)=(Ia-Id)+IIIh	2016 (h)=(Ib-Ie)+IIIi	2015 (I)=(Ic-If)
VALOR (III)	R\$ -	R\$ -	R\$ -

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
 PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2019

AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos	Anistia	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Remissão	NÃO HOUVE				Elevação de alíquota do ISSQN em 2%
ISSQN	Isenção	NÃO HOUVE				Instituição da Contribuição de Iluminação Pública
TOTAL			R\$ -	R\$ -	R\$ -	

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
 PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO II - METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2019

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para	
	2019	
Aumento Permanente da Receita	R\$	200.000,00
(-)Transferências Constitucionais	R\$	-
(-)Transferências ao Fundeb	R\$	40.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$	160.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$	10.000,00
Margem Bruta (III)=(I+II)	R\$	170.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$	-
Novas DOCC	R\$	-
Novas DOCC geradas por PPP	R\$	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	R\$	170.000,00

ADALBERTO GOMES VILANOVA SOUSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DOS MILAGRES
CNPJ - 01.612.603/0001-07
RUA LUIS GOMES VILANOVA, 55 - CENTRO - CEP: 64.438-000



ANEXO III - RISCOS FISCAIS DA LEI Nº 150/2018 QUE TRATA DA LDO/2019

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
(Art. 4º, § 3º, da LC nº 101, de 04/05/2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o anexo de riscos fiscais, com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas quando da elaboração do orçamento anual.

Riscos fiscais são a possibilidade de ocorrência de eventos, que, por si mesmos, podem causar impacto negativo nas receitas públicas e são classificados em dois grupos: riscos orçamentários e riscos decorrentes da gestão da dívida.

Os riscos orçamentários referem-se à frustração de arrecadação, a restituição de tributos não prevista ou prevista a menor, diminuição de atividade econômica e situações de calamidade pública, dentre outras.

Os riscos de gestão da dívida referem-se a ocorrências externas à administração, tais como variação da taxa de câmbio e de juros que afetem as obrigações vencidas.

Desse modo, sopesadas as possíveis ocorrências, estimou-se um risco de aproximadamente R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para o exercício financeiro de 2019, conforme demonstrativo que segue.

LRF, ART. 4º, § 3º, PORTARIA STM Nº 407 / 2011 E INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-PI 009/2017.

R\$1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Estiagem prolongada e enchentes	70.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	100.000,00
Condenações judiciais	250.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir de anulação de despesas	250.000,00
Pagamento de juros da dívida maior que o orçado	30.000,00		
TOTAL	350.000,00	TOTAL	350.000,00

Adalberto Gomes Vilanova Sousa Filho
Prefeito Municipal